

MP que suspende Lei de Acesso à Informação é contestada no STF

123RF



PSB entra com ADI no Supremo Tribunal Federal questionando MP que suspende Lei de Acesso a Informação
123RF

O Partido Socialista Brasileiro entrou no Supremo Tribunal Federal, nesta quarta-feira (25/3), com uma ação direta de inconstitucionalidade questionando a Medida Provisória 928/2020, que impõe restrições à Lei de Acesso à Informação.

Essa é a [segunda](#) ADI questionando a medida no STF. Nesta quarta-feira (24/3), a Ordem dos Advogados no Brasil anunciou que iria questionar a MP no Supremo e divulgou um parecer sobre a inconstitucionalidade da medida.

Especialistas ouvidos pela **ConJur** afirmaram que a MP representa um verdadeiro [ataque](#) a uma conquista democrática da sociedade brasileira.

Na ação do PSB, assinada pelo advogado **Rafael Carneiro**, o partido alega que a "suspensão" seletiva de vigência da Lei de Acesso à Informação, promovida pela MP 928, configura clara violação aos princípios da legalidade e da motivação dos atos administrativos (artigos 5º, II, e 37, caput, da Constituição).

"Os dispositivos impugnados também revelam evidente ofensa ao princípio da eficiência da Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição), uma vez que a Lei de Acesso à Informação já traz as hipóteses para a flexibilização das obrigações ali previstas. Além disso, os dispositivos impugnados encontram-se em frontal dissonância com todo o arcabouço jurídico no qual se inserem, causando verdadeira confusão normativa aos gestores e à sociedade", diz trecho do documento.

A legenda ainda argumenta que "momentos extraordinários exigem respostas igualmente extraordinárias. Não se deve afastar, contudo, o constante equilíbrio entre transparência e eficiência que norteia a Administração Pública". O relator da ADI no STF é o ministro Marco Aurélio.

Clique [aqui](#) para ler a inicial da ADI do PSB no STF – [ADI 6.348](#)
Clique [aqui](#) para ler na íntegra o parecer da OAB – [ADI 6.351](#)

Date Created
25/03/2020